gua, por falta de concorrência de eleitores: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, e no uso da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, fixar o dia 21 do próximo mês de Junho para a realização do acto eleitoral que há-de elegêr a referida Junta de Paróquia.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 5 de Junho de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *Bernardino Machado*.

DECRETO N.º 543

Tendo sido fixado o dia 22 de Março último para repetição da eleição da Junta de Paróquia de Cubalhão, concelho de Melgaço, a qual não pôde ter lugar por motivos imperiosos: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior e no uso da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, designar nova data para repetição daquela eleição que é fixada para o dia 28 do próximo mês de Junho.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 5 de Junho de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *Bernardino Machado*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

2.ª Repartição

DECRETO N.º 544

Não podendo as diversas repartições públicas, estranhas à Direcção Geral das Contribuições e Impostos, dar completa execução ao regulamento de 31 de Dezembro do mesmo ano, a fim de ultimar-se todo o serviço nos prazos designados no mesmo regulamento, e não sendo justo nem regular que os funcionários atingidos pelas disposições desses diplomas sofram as conseqüências de faltas que não cometeram, e assim fiquem privados de receber os seus vencimentos ou forçados a pagar um imposto que já não devem, tanto mais que o regulamento só foi aprovado por decreto n.º 257, de 31 de Dezembro último, dia em que terminava o prazo marcado na lei para as transcrições úteis do novo diploma.

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa; e

Tendo em vista o disposto na lei n.º 6, de 5 de Julho de 1913, sobre direito de encarte:

Hei por bem, sob proposta dos Ministros do todas as pastas, decretar o seguinte:

Artigo 1.º O prazo designado no artigo 46.º, § 1.º, do regulamento de 31 de Dezembro último, é alterado para 31 de Julho próximo futuro.

Art. 2.º O prazo designado no artigo 46.º, § 3.º, do mencionado regulamento, é alterado para 1 de Janeiro de 1915.

Art. 3.º O prazo designado no artigo 68.º do citado regulamento é alterado para 31 de Dezembro do corrente ano.

Art. 4.º O prazo designado no artigo 72.º do regulamento é alterado para 1 de Janeiro de 1915.

Art. 5.º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Os Ministros do todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 5 de Junho de 1914. — *Ma-*

nuel de Arriaga — *Bernardino Machado* — *Manuel Monteiro* — *Tomás Cabreira* — *António Júlio da Costa Pereira de Eça* — *Augusto Neuparth* — *Alfredo Augusto Freire de Andrade* — *Aquiles Gonçalves* — *Alfredo Augusto Lisboa de Lima* — *José de Matos Sobral Cid*.

Direcção Geral das Alfândegas

PORTARIA N.º 171

O Governo da República Portuguesa, atendendo às representações que lhe foram presentes, manda, pelo Ministro das Finanças, declarar que fica autorizado o pôsto de despacho de 1.ª classe de Vila Verde da Raia a dar despacho de importação a águas minerais provenientes do vizinho reino.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 5 de Junho de 1914. — O Ministro das Finanças, *Tomás Cabreira*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

3.ª Secção

LEI N.º 184

Em nome da Nação o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Marinha, nos termos do artigo 35.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, um crédito extraordinário de 8.682,807, a inscrever no capítulo 10.º da tabela da despesa extraordinária deste Ministério, em vigor no corrente ano económico, com aplicação aos prejuizos sofridos pelas guarnições do cruzador *Adamastor* e submersível *Espadarte*; em resultado do encalhe do primeiro navio nos mares da China em Maio de 1913, e do incêndio onde se encontravam armazenadas as bagagens da guarnição do segundo navio, em Junho do mesmo ano.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e da Marinha a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 5 de Junho de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *Tomás Cabreira* — *Augusto Eduardo Neuparth*.

Direcção Geral da Marinha

2.ª Repartição

LEI N.º 185

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º O limite das águas territoriais portuguesas, exclusivamente para os efeitos da pesca e seu exclusivo para os nacionais, é determinado, em relação a pescadores estrangeiros, pela linha que, para os mesmos efeitos, esteja adoptada pela legislação do país a cuja nacionalidade esses pescadores pertençam.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros da Marinha e das Colónias a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 5 de Junho de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *Augusto Eduardo Neuparth* — *Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.